SCIENTIA INTERNATIONAL PRESS EDITORA CLAEC

SCIENTIA GLOBAL EDITIONS: CLAEC e-BOOKS CAPÍTULO DE LIVRO

PUBLICAÇÃO ANTECIPADA

Trabalhadores na rua: redes urbanas e capital humano no comércio da calçadinha de João Pessoa – PB

Trabajadores en la calle: redes urbanas y capital humano en el comercio de la calçadinha de João Pessoa – PB

Mylena Serafim da Silva

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Brasil · ROR: https://ror.org/00p9vpz11 · autoria correspondente: mylenaserafim25@gmail.com

ESTE CAPÍTULO		OBRA EM PREPARAÇÃO	
DOI	https://doi.org/10.56365/2v929z90	Título	A cidade enquanto fenômeno de análise das Ciências Sociais
Recebido em	12/11/2026	Organização	Muryel Moura dos Santos; Jesus Marmanillo Pereira; Gessyelle Catarine da Silva
Aceito em	14/11/2026	ISBN	-
Publicado online	19/11/2026	DOI da obra	https://doi.org/10.56365/k4xtb027
Versão	v1	Previsão	2026
Idiomas	Português - Espanhol	Avaliação	06/11/2026
Licença	CC BY 4.0	Pareceristas	Organização da obra

Bloco preenchido pela equipe editorial. Não escreva nesta área.

COMO CITAR

AGORA	Silva, M. S. da (2026). Trabalhadores na rua: redes urbanas e capital humano no comércio da calçadinha de João Pessoa – PB. In M. M. dos Santos, J. M. Pereira, & G. C. da Silva (Orgs.), A cidade enquanto fenômeno de análise das Ciências Sociais - publicação antecipada. Scientia International Press; Editora CLAEC. https://doi.org/10.56365/2v929z90
DEPOIS	*A referência recebe o título definitivo da obra, o ISBN e o intervalo de páginas quando o livro completo for publicado. O DOI e a data de publicação antecipada não mudam.*

Resumo

Este capítulo discute como o espaço urbano se converte em território a partir de processos de legitimação social, tomando como fio condutor os movimentos dos trabalhadores de rua em João Pessoa, Paraíba. Ancorado na Escola de Chicago, articula a teoria do Capital Humano de Gary Becker (1964), que situa o indivíduo como gestor de si mesmo, com a sociologia do trabalho de Everett Hughes (1958), que permite ler esses sujeitos como trabalhadores que constroem trajetórias e identidades profissionais no espaço público, e com a noção de redes urbanas de Mitchell (1969), que evidencia a autonomia organizativa desse grupo. Como procedimento metodológico, recorre-se à observação *in loco*. O capítulo argumenta que a pluralidade de trabalhadores que ocupam a rua sob a racionalidade empreendedora neoliberal vê na rua um meio de renda e produz um fenômeno organizacional autônomo, no qual prevalece a disputa pelo espaço.

Palavras-chave: cidade, trabalho, espaço público

Resumen

Este capítulo discute cómo el espacio urbano se convierte en territorio a partir de procesos de legitimación social, tomando como hilo conductor los movimientos de los trabajadores de la calle en João Pessoa, Paraíba. Anclado en la Escuela de Chicago, articula la teoría del Capital Humano de Gary Becker (1964), que sitúa al individuo como gestor de sí mismo, con la sociología del trabajo de Everett Hughes (1958), que permite leer a estos sujetos como trabajadores que construyen trayectorias e identidades profesionales en el espacio público, y con la noción de redes urbanas de Mitchell (1969), que evidencia la autonomía organizativa de este grupo. Como procedimiento metodológico, se recurre a la observación *in loco*. El capítulo argumenta que la pluralidad de trabajadores que ocupan la calle bajo la racionalidad emprendedora neoliberal ve en la calle un medio de ingresos y produce un fenómeno organizativo autónomo, en el que prevalece la disputa por el espacio.

Palabras clave: ciudad, trabajo, espacio público

Introdução

Socialmente, um espaço passa a ser considerado um território a partir da caracterização social que lhe é conferida. Para que um território seja reconhecido como cidade, não basta um nome: são necessárias particularidades específicas, construídas e reconhecidas por meio de um processo de legitimação social contínuo. Essa premissa orienta o argumento central deste capítulo: o de que pensar a cidade a partir dos movimentos que a atravessam é uma chave analítica privilegiada para compreender como o espaço urbano se constitui enquanto tal.

Tomando como campo empírico João Pessoa, capital da Paraíba, e como recorte o imaginário urbano, este texto examina como o movimento dos trabalhadores de rua (tradicionalmente intitulados ambulantes[1]) configura e transforma o cenário citadino a partir de sua ocupação. Há múltiplas imbricações que explicam o aumento evidente dessa atividade nos espaços públicos das grandes e médias cidades brasileiras. Neste capítulo, no entanto, privilegia-se a lógica empreendedora neoliberal como uma das chaves explicativas centrais, sem perder de vista que ela convive, e por vezes tensiona-se, com trajetórias de trabalho historicamente constituídas.

Para compreender a racionalidade que atravessa o sujeito nesse contexto, recorre-se à teoria do Capital Humano de Gary Becker (1964), que concebe o indivíduo como gestor de si mesmo, investidor em suas próprias capacidades como forma de maximizar retornos futuros. Essa lente, contudo, é tensionada pela perspectiva de Everett Hughes (1958) sobre a sociologia do trabalho, a qual permite enxergar nesses sujeitos não apenas

1 Uma nota fundamental para a compreensão do ponto de partida deste estudo é que ele não coloca todos os trabalhadores de rua em uma mesma classificação, a de trabalhadores ambulantes. Estudar esses trabalhadores nos últimos anos me fez compreender que há, no território citadino, os trabalhadores de rua que são ambulantes, os quais dependem dessa atividade para sobreviver e são historicamente estigmatizados, e há os empreendedores, que assim se intitulam e buscam, de forma "gourmetizada", ocupar espaços públicos para obtenção de renda.

"empreendedores", mas trabalhadores que constroem trajetórias e identidades profissionais no espaço comum. Complementarmente, a noção de redes urbanas proposta por Mitchell (1969) evidencia que, longe de depender de uma organização proveniente da gestão do município, esse grupo estrutura laços próprios de solidariedade e agência, configurando um movimento que busca sua própria legitimação e ordenamento no espaço público.[2]

Como procedimento metodológico, o capítulo advém da observação *in loco* do comércio de rua em João Pessoa, entendida aqui não como levantamento sistemático de dados, mas como exercício de leitura urbana ancorado na tradição etnográfica da Escola de Chicago. O texto está estruturado em seis seções, além desta introdução e das considerações finais: a primeira situa teoricamente a relação entre cidade, território e movimento; a segunda traz a sociologia do trabalho a partir da ótica de Hughes (1958); a terceira desenvolve a racionalidade empreendedora a partir de Becker (1964); a quarta articula essas duas lentes ao olhar observacional sobre a capital paraibana; a quinta soma à análise a Escola de Manchester, com os estudos desenvolvidos por Mitchell (1969); e a sexta relaciona a dinâmica populacional da cidade ao comércio de rua.

Cidade, território e movimento

Socialmente, um espaço passa a ser considerado um território a partir da caracterização social que lhe é conferida, distanciando-se de uma mera delimitação geométrica ou administrativa. Para pensar essa transição, a matriz analítica da Escola de Chicago oferece ferramentas fundamentais, sobretudo ao conceber a cidade não apenas como um artefato físico, mas como um organismo vivo e um complexo mosaico de mundos sociais.

Ao proporem os fundamentos da ecologia urbana, autores como Robert Park (1967) já demonstravam que o ambiente urbano é moldado pelas interações, disputas e adaptações contínuas de seus habitantes. A cidade, nessa perspectiva, respira e se reconfigura de acordo com a dinâmica daqueles que a habitam e a atravessam cotidianamente. Complementando essa leitura, Louis Wirth (1973) define o fenômeno urbano a partir de sua densidade, tamanho e heterogeneidade, traços que geram um campo propício para o anonimato, mas também para a invenção de formas originais de sociabilidade.

É sob esse prisma que a cidade deixa de ser um pano de fundo neutro e passa a ser compreendida como um produto em constante construção social. Desse modo, pensar a cidade a partir dos movimentos, especificamente a ocupação do espaço público pelos

2 Em consonância com a observação pontuada, que separa os trabalhadores de rua entre ambulantes e empreendedores, é necessário dizer que até mesmo a lógica de luta pela ocupação dos espaços públicos para trabalhar ganhou outro sentido: o que antes era visto como rebeldia agora passa a ser luta por direito. Mais além, podemos pensar a reorganização a partir de quem ocupa tais lugares na sociedade.

trabalhadores de rua, significa reconhecer que esses agentes não são meros elementos ilustrativos ou residuais da paisagem citadina. Eles são constitutivos da própria vida urbana.

Ao tensionarem as fronteiras entre o formal e o informal, o permitido e o proibido, esses trabalhadores imprimem marcas indeléveis no território. É no entrelaçamento entre as normatizações institucionais e a agência cotidiana que o imaginário urbano se materializa. Tomando como campo empírico a capital da Paraíba, João Pessoa, essa dinâmica revela-se com particular intensidade: o movimento dos trabalhadores de rua na capital pessoense não apenas preenche o espaço físico, mas o transforma em um território vivo de disputas, negociações e legitimação social, redefinindo o próprio sentido de ser cidade.

A construção da imagem a partir do trabalho: projetos identitários construídos no comércio de rua

A perspectiva da sociologia do trabalho desenvolvida por Everett Hughes (1958) oferece uma chave analítica fundamental para compreender a centralidade da ocupação na vida dos sujeitos. Para Hughes, essa atividade transcende a simples dimensão de subsistência econômica ou de troca instrumental de mercadorias, sendo profundamente identitária. O que fazemos no cotidiano molda quem somos, constrói nossa autoimagem, define nosso status social e estrutura a nossa biografia por meio do conceito de carreira, integrando aspirações subjetivas e pertencimentos coletivos.

No interior dessa construção identitária, Hughes introduz uma distinção crucial para entender as hierarquias ocupacionais: a oposição entre o trabalho sujo (*dirty work*) e o trabalho valorizado. O trabalho sujo abrange aquelas atividades que, embora necessárias ao funcionamento social, são estigmatizadas e consideradas física, moral ou socialmente degradantes, sendo comumente empurradas para as margens da sociedade. Em contrapartida, as ocupações valorizadas gozam de prestígio, reconhecimento institucional e legitimação moral, garantindo aos seus praticantes o direito simbólico de atuar publicamente sem o peso do estigma.

Essa matriz teórica ilumina de maneira singular as transformações recentes sofridas pelo comércio de rua. Historicamente, a atuação dos trabalhadores ambulantes carregou o estigma do "trabalho sujo" urbano: uma atividade marginalizada, informal, frequentemente criminalizada e submetida a constantes ciclos de repressão estatal e rejeição moral pela sociedade formal. O espaço da rua era visto como sinônimo de precariedade extrema e degradação da ordem pública, colando no trabalhador uma identidade marginal e desvalorizada.

Contudo, a contemporaneidade tem operado uma nítida mutação nessa paisagem, tensionando a fronteira entre o tradicional e o inovador. Observa-se a ascensão de um comércio de rua que se veste de "gourmetização" e modernidade estética, corporificado na proliferação de trailers equipados, na curadoria visual dos produtos e na intensa dinamização comercial promovida através de redes sociais e plataformas digitais. Esse rearranjo não altera apenas a materialidade do ofício, mas reconfigura a identidade do próprio trabalhador, transformando o que antes era categorizado como um trabalho sujo e marginal em uma atividade socialmente valorizada, estetizada e revestida de uma nova aura de prestígio empreendedor.

"Empreender" vai além de trabalhar: o uso do capital humano enquanto saída e não oportunidade

Formulada pelo economista Gary Becker em sua obra clássica *Human Capital* (1964), no âmbito da Universidade de Chicago, a Teoria do Capital Humano representou uma profunda ruptura ao redefinir a natureza do trabalho e do próprio indivíduo. Em vez de enxergar o sujeito como um mero vendedor de força de trabalho, Becker propõe que habilidades, conhecimentos, saúde e escolhas cotidianas constituem um "capital" que deve ser gerido ativamente. Sob essa ótica, todas as ações humanas passam a ser orientadas por um cálculo racional de custo-benefício e de retorno sobre o investimento, transformando o indivíduo em uma espécie de empresa de si mesmo, permanentemente voltada à otimização de seus recursos.

No interior da Escola de Chicago, essa formulação marcou a expansão da microeconomia para todas as esferas da vida social, convertendo o mercado na métrica universal da conduta humana. Essa mesma matriz teórica adquiriu centralidade nos debates críticos contemporâneos, especialmente na obra de Michel Foucault (2008). Esse autor identificou no *homo economicus* de Becker a base da governamentalidade neoliberal, demonstrando como a racionalidade do capital humano fabrica uma nova subjetividade, na qual cada cidadão é compelido a autogerir sua existência sob as leis da concorrência e do desempenho.

Aproximar essa lente analítica do comércio de rua na capital da Paraíba, João Pessoa, revela como a lógica empreendedora opera concretamente na dinâmica dos trabalhadores informais e ambulantes. Longe de ser apenas uma resposta imediata às crises de desemprego estrutural, a ocupação do espaço público por esses sujeitos evidencia a profunda internalização da exigência de autogestão da sobrevivência. A partir da teoria beckeriana, torna-se possível perceber que o comércio de rua é composto por indivíduos que assumem total responsabilidade não apenas pela obtenção de sua própria renda, mas, sobretudo, pelo

seu sucesso ou fracasso, transmutando a precariedade socioeconômica em uma empreitada individual de autossuficiência.

A leitura do comércio de rua contemporâneo: entre a responsabilização individual e a construção identitária a partir do trabalhar na cidade

A justaposição dessas duas leituras teóricas permite formular o argumento central desta escrita: a rua, como espaço de trabalho, não é ocupada por um único tipo de sujeito, mas por uma pluralidade que mescla, de um lado, comerciantes historicamente vinculados a esse ofício, para quem o trabalho ambulante é trajetória, herança e identidade, no sentido apontado por Hughes (1958), e, de outro, indivíduos que, sob a égide da racionalidade empreendedora neoliberal descrita por Becker (1964), passam a ver na rua um meio recente de obtenção de renda, muitas vezes como resposta a contextos de desemprego, crise econômica ou precarização do trabalho formal.

Essa distinção não deve ser lida como uma divisão rígida entre dois grupos estanques: trata-se, antes, de duas lógicas que podem coexistir no mesmo sujeito, ou que se alternam conforme a trajetória de vida de cada trabalhador. Um mesmo indivíduo pode, ao longo do tempo, deslocar-se de uma posição a outra: de "trabalhador ambulante" a "empreendedor de si", e vice-versa. Isso reforça a necessidade de manter as duas lentes teóricas em tensão, e não em oposição excludente.

A escolha por essas duas teorias, oriundas da Escola de Chicago, mas pouco mobilizadas no campo das Ciências Sociais na contemporaneidade brasileira, justifica-se pelas observações realizadas na cidade de João Pessoa – PB acerca do movimento das práticas de comercialização nos espaços públicos deste município. Desde 2018 (com uma diferenciação marcante a partir da pandemia de covid-19), venho observando o comércio de rua nessa região e percebendo as transformações que atravessam esse grupo, marcado pela lógica da informalidade e da ilegalidade.

Para sistematizar o percurso empírico que sustenta a análise, o Quadro 1 sintetiza os recortes espacial e temporal, as técnicas de produção de dados e as categorias analíticas mobilizadas ao longo da investigação. Conforme detalhado na sequência, a articulação entre observação participante, entrevistas pontuais e fontes documentais permite captar tanto a dimensão material e estética das transformações no comércio de rua quanto as regras informais que organizam a ocupação cotidiana da orla.

Quadro 1
Sistematização do percurso metodológico e das dimensões empíricas da pesquisa

Dimensão metodológica	Especificação na pesquisa	Detalhamento e função analítica
Abordagem e natureza	Qualitativa, de caráter ensaístico-observacional	Exercício de leitura urbana ancorado na tradição etnográfica da Escola de Chicago, voltado à compreensão das práticas cotidianas e das dinâmicas de territorialização.
Recorte espacial	Orla marítima de João Pessoa – PB (calçadinha do Cabo Branco)	Lócus marcado pela intensificação do fluxo turístico e imobiliário, analisado em diálogo comparativo com achados prévios no centro da capital (Silva, 2021).
Recorte temporal	Acompanhamento longitudinal desde 2018	Observação contínua com foco nas reconfigurações estéticas, comerciais e ocupacionais consolidadas a partir da pandemia de covid-19.
Técnicas de coleta de dados	• Observação participante • Entrevistas pontuais • Levantamento documental e secundário	• Observação: acompanhamento direto da rotina de trabalho, das negociações e dos códigos de ocupação (priorizada para contornar o retraimento e a "performance" diante de perguntas diretas). • Entrevistas: diálogos pontuais realizados ao longo do acompanhamento e em etapa anterior (Silva, 2021). • Fontes documentais e secundárias: Código de Posturas de João Pessoa (João Pessoa, 1995), Censo Demográfico (IBGE, 2022) e indicadores turísticos (Brasil, 2020).
Categorias empíricas observadas	• Perfil socio-ocupacional • Materialidade e estética • Ramo predominante • Organização em rede e territorialidade	• Contraste entre trabalhadores tradicionais (sucessão familiar e subsistência) e agentes sob racionalidade empreendedora (posse de CNPJ, outras rendas ou lojas físicas). • Barracas improvisadas e exposição corporal versus tendas e trailers equipados ("gourmetização" e marketing digital). • Predomínio da comercialização de alimentos (culinária de rua). • Códigos não escritos de acesso aos pontos, cooperação mútua (alerta de fiscalização, guarda de ponto, empréstimo) e desigualdades internas na disputa pelos trechos de maior fluxo.

Fonte: elaborado pela autora (2026).

Neste trabalho, debruço-me sobre como a lógica do "empreendedor de si mesmo" recai sobre a totalidade dos trabalhadores de rua, ao mesmo tempo em que as transformações, com destaque para as mudanças estéticas nos estilos de venda dos produtos, reconfiguram a percepção que a sociedade e o poder público têm desses trabalhadores. Em João Pessoa, o comércio ambulante é regulado pelo Código de Posturas do Município (Lei Complementar nº 7, de 17 de agosto de 1995), que, em seu Capítulo III, condiciona a atividade à obtenção de licença prévia e transitória perante o poder público (João Pessoa, 1995). Somam-se a isso o modo como a gestão pública lida com esse tipo de atividade e os acordos informais firmados para a obtenção da devida permissão.

Sem dúvida, essa atividade constitui, historicamente, fator de subsistência para muitos ambulantes, na medida em que o modo de produção capitalista não é capaz de alocar a totalidade dos trabalhadores no padrão formal de venda da força de trabalho (Marx, 1989). É possível afirmar, contudo, que essas pessoas que dependem do trabalho ambulante se mesclam com aquelas que passam a ocupar o espaço público para "empreender", como elas mesmas se intitulam, uma vez que possuem CNPJ, por vezes outra fonte de renda e até mesmo lojas físicas.

Não se busca aqui apenas problematizar essa pluralidade que configura o trabalho de rua, mas evidenciar o quanto a cidade, mais precisamente o espaço público urbano, constitui uma ferramenta de trabalho poderosa e valiosa para essa categoria. É justamente essa pluralidade que torna insuficiente qualquer leitura que reduza a totalidade do comércio ambulante a um único vetor explicativo, e que prepara o terreno para a discussão, na seção seguinte, sobre como esses sujeitos plurais se organizam autonomamente no espaço público.

Redes urbanas e espaço público: a autonomia e a autolegitimação a partir do comércio de rua

Do ponto de vista metodológico, cabe registrar que a observação em campo foi complementada por entrevistas pontuais com alguns desses trabalhadores, realizadas em pesquisas anteriores sobre a temática. No entanto, notou-se que boa parte dos entrevistados tende a performar respostas ou a se mostrar retraída diante da pergunta direta, o que limita o alcance desse instrumento isoladamente. A observação participante revelou-se, nesse sentido, um recurso mais robusto: acompanhar a dinâmica cotidiana da ocupação da rua, sem a mediação da entrevista formal, permitiu captar nuances de comportamento, negociação e sociabilidade que dificilmente emergiriam de um roteiro estruturado de perguntas.

Se a seção anterior evidenciou que a rua é ocupada por uma pluralidade de sujeitos movidos por lógicas distintas, considerando a trajetória herdada de um lado e a racionalidade empreendedora de outro, cabe agora perguntar como esses sujeitos plurais se organizam entre si no cotidiano da ocupação do espaço público. A resposta, argumenta-se aqui, não está nas instâncias formais de representação do comércio de rua, mas nos laços que os próprios trabalhadores tecem entre si, à revelia ou por vezes em disputa direta com o poder público.

A noção de redes sociais urbanas, sistematizada por J. Clyde Mitchell (1969) no âmbito da Escola de Manchester, oferece o instrumental analítico para essa pergunta. Mitchell propôs observar a vida urbana não a partir das instituições formais que a regulam, mas a partir dos laços concretos, sejam de parentesco, vizinhança, amizade ou cooperação econômica, que conectam os indivíduos entre si e que, articulados, formam estruturas de sociabilidade

capazes de orientar condutas, distribuir recursos e mediar conflitos independentemente de qualquer organização estatal. A rede, nesse sentido, não é uma metáfora, mas uma estrutura social efetiva, tão determinante quanto as instituições formais para compreender como a vida urbana se organiza.

Transposta para o comércio de rua em João Pessoa, essa perspectiva revela um fenômeno de organização social autônomo. Observam-se, entre os trabalhadores de rua, códigos não escritos de ocupação de pontos, transmitidos entre familiares, vizinhos de banca ou colegas de ofício; mecanismos de mediação de conflitos entre pares que dispensam a intervenção de terceiros; e formas de cooperação mútua, como o aviso sobre a chegada da fiscalização, o empréstimo de mercadoria e a guarda do ponto de um colega ausente, que sustentam a permanência do grupo no espaço público mesmo à margem do reconhecimento formal. Essas redes não decorrem de uma associação instituída de cima para baixo, mas se constroem de baixo para cima, na prática cotidiana da ocupação da rua (Silva, 2021).

É justamente essa autonomia organizativa que permite compreender o comércio de rua não apenas como problema de gestão urbana, mas como movimento social em sentido próprio: um conjunto de sujeitos que, ancorados em laços próprios de solidariedade e agência que configuram o ato de trabalhar, disputam sua legitimação e seu posicionamento no espaço público, mesmo onde a legislação formalmente não os reconhece nesses termos. O que antes era lido pela gestão predominantemente como transgressão passa, nessa chave, a ser visto também como reivindicação: a rede informal que sustenta o trabalhador de rua funciona, ao mesmo tempo, como suporte de sobrevivência e como base de uma disputa silenciosa, mas persistente, pelo direito à cidade (Lefebvre, 2001; Harvey, 2014; Agier, 2015).

A cidade em rede: dinâmica demográfica e a autonomia do comércio de rua em João Pessoa – PB

O recorte espacial desta observação é a região litorânea de João Pessoa, mais especificamente a orla do Cabo Branco, espaço que, nos últimos anos, vem sendo crescentemente ocupado por turistas e por novos moradores oriundos de outras regiões do país. O movimento não é impressão avulsa: a Paraíba figurou como o estado que mais cresceu na preferência turística dos brasileiros no verão de 2024, e a capital paraibana vem registrando taxas de ocupação hoteleira próximas de 100% em alta temporada, além de investimentos bilionários anunciados para o Polo Turístico do Cabo Branco (Brasil, 2020). Paralelamente, a cidade tem recebido um contingente expressivo de novos habitantes. Dados do último censo apontam a chegada de cerca de 110 mil residentes a João Pessoa desde 2010, muitos deles atraídos pela qualidade de vida e pelo trabalho remoto (IBGE, 2022). Esse duplo movimento, composto tanto por turistas quanto por novos moradores, intensifica a

disputa pelo espaço público na orla e serve de pano de fundo para compreender a ocupação da rua pelos trabalhadores ambulantes ali observados.

É nesse cenário populacional que a diferença estética entre os trabalhadores de rua salta aos olhos. De um lado, observa-se a permanência de um modelo mais tradicional do comércio ambulante: barracas improvisadas e, por vezes, o próprio corpo do trabalhador como suporte de exposição dos produtos, imagem historicamente associada à figura do ambulante. De outro, multiplicam-se tendas e trailers equipados, com letreiros chamativos e forte presença em redes sociais, onde a divulgação dos produtos segue uma lógica de marketing digital praticamente ausente no primeiro grupo.

Essa diferença estética não é apenas visual: ela expressa, na prática observável, a tensão teórica discutida anteriormente entre a trajetória de trabalho historicamente construída (Hughes, 1958) e a racionalidade empreendedora que investe na apresentação de si como capital a ser gerido (Becker, 1964), e ilustra concretamente o processo de "gourmetização" apontado na introdução.

Quanto ao tipo de produto vendido, o comércio de alimentos predomina amplamente entre os trabalhadores observados na orla. Isso se justifica pelo fato de que, mesmo diante da expansão do mercado digital como canal de vendas, a rua permanece o ponto central de rendimento para esses sujeitos, e o ramo alimentício continua sendo predominante nesse tipo de atividade. Apoiados majoritariamente na comercialização de alimentos, é por meio da culinária de rua que esses sujeitos não apenas asseguram sua subsistência financeira, mas também esculpem ativamente o espaço urbano, transformando a dinâmica da cidade cotidianamente através do próprio movimento.

A observação de campo também permite qualificar a questão da territorialização levantada na seção anterior. Identificam-se, na orla do Cabo Branco, dois padrões distintos de ocupação do espaço. De um lado, trabalhadores que ocupam o local historicamente, muitas vezes por sucessão familiar, com filhos ou netos que herdam o ponto e, com ele, o próprio ofício. De outro, indivíduos que, dispondo de maior capital social e econômico, contornam a legislação municipal para ocupar os pontos tidos como privilegiados, justamente aqueles com maior fluxo de pessoas. Essa disputa por posição espacial reforça o argumento de que a autonomia organizativa discutida a partir de Mitchell (1969) não é isenta de hierarquias internas: também dentro da rede informal dos trabalhadores de rua há desigualdade de acesso aos pontos mais vantajosos.

Considerações finais

Este capítulo partiu de uma premissa simples, mas com implicações analíticas de largo alcance: a de que a cidade não é um dado fixo, mas um fenômeno que se constitui socialmente através dos movimentos que a atravessam. Ancorado na Escola de Chicago e articulando as contribuições de Gary Becker (1964), Everett Hughes (1958) e J. Clyde Mitchell (1969), o texto buscou demonstrar que o comércio de rua em João Pessoa não é um resíduo marginal da vida urbana, mas um dos vetores que a produzem cotidianamente. A racionalidade empreendedora que converte o sujeito em gestor de si mesmo e a trajetória de trabalho que constrói identidade e pertencimento não são leituras excludentes: são tensões que convivem no mesmo espaço, seja na barraca, seja no trailer equipado, ambos com o uso do corpo que complementa a dinâmica citadina.

A observação de campo na orla do Cabo Branco permitiu qualificar empiricamente essa tensão teórica. O crescimento do turismo e a chegada de novos moradores à cidade, nos últimos anos, intensificaram a disputa por um espaço público que já não pode ser lido como palco neutro: nele convivem, lado a lado, o ambulante que herdou o ponto e o ofício de seus pais e o empreendedor que ali enxerga uma oportunidade de negócio validada por CNPJ e por redes sociais. Essa pluralidade, longe de ser incidental, é o que torna visível o processo de "gourmetização" discutido ao longo do capítulo: a mesma atividade que historicamente carregou o estigma do trabalho sujo é hoje, em determinadas configurações estéticas e comerciais, revestida de prestígio e legitimidade social.

A esse respeito, este capítulo procurou evidenciar que a autonomia organizativa dos trabalhadores de rua (as redes informais de solidariedade, os códigos não escritos de ocupação de ponto e os mecanismos de mediação de conflitos entre pares) não constitui apenas uma estratégia de sobrevivência diante da ausência do poder público, mas também uma forma cotidiana e persistente de disputa pelo direito à cidade (Lefebvre, 2001; Harvey, 2014; Agier, 2015). O que a legislação municipal, como o Código de Posturas de 1995, ainda trata predominantemente como transgressão, a prática social já vem tratando, em alguma medida, como reivindicação legítima.

É importante reconhecer, contudo, os limites do percurso aqui trilhado. Trata-se de um capítulo de natureza ensaístico-observacional, fundamentado na observação participante e em entrevistas pontuais realizadas ao longo de anos de acompanhamento do comércio de rua em João Pessoa, o que confere densidade qualitativa à análise, mas não substitui um levantamento sistemático e quantitativo da população de trabalhadores de rua da cidade, tampouco permite generalizações para além do recorte espacial da orla do Cabo Branco. A

performance identificada em parte das entrevistas, já discutida neste capítulo, é também um limite metodológico a ser considerado em pesquisas futuras.

Ficam como desdobramentos possíveis: a realização de entrevistas mais sistemáticas e em maior número, capazes de captar com mais precisão as trajetórias de vida que sustentam a pluralidade aqui apenas esboçada; um levantamento quantitativo junto à gestão municipal sobre licenças concedidas e negadas ao comércio no âmbito do espaço público; e a comparação deste recorte pessoense com dinâmicas semelhantes em outras capitais, de modo a verificar se a tensão entre racionalidade empreendedora e trajetória de trabalho, e a autonomia organizativa em rede, constituem um fenômeno regional ou uma característica mais ampla das cidades brasileiras contemporâneas. Este capítulo dialoga, nesse sentido, com o esforço já empreendido por Silva (2021) em sua pesquisa sobre o comércio ambulante no centro de João Pessoa, e pretende ser um convite à continuidade dessa agenda de pesquisa.

Declarações

Financiamento. Não informado no manuscrito.

Conflitos de interesse. Não informados no manuscrito.

Ética em pesquisa. Pesquisa de natureza ensaístico-observacional, baseada em observação participante em espaço público, entrevistas pontuais de pesquisa anterior (Silva, 2021) e fontes documentais públicas. Os trabalhadores observados não são identificados.

Uso de inteligência artificial. Não informado no manuscrito.

Disponibilidade de dados. Os registros de observação de campo permanecem com a autora. As fontes documentais estão indicadas nas referências.

Contribuição das autorias. Autoria única.

Referências

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

BECKER, Gary S. *Human capital*: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. Chicago: University of Chicago Press, 1964.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Polo Turístico Cabo Branco*. Portal de Investimentos, 2020. Disponível em: https://investimento.turismo.gov.br/portuguese/polo-turistico-cabo-branco-15/. Acesso em: 7 ago. 2026.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes*: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HUGHES, Everett C. *Men and their work*. Glencoe: Free Press, 1958.

IBGE. *Censo Demográfico 2022*: população residente em João Pessoa (PB). Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JOÃO PESSOA (PB). Lei Complementar nº 7, de 17 de agosto de 1995. *Código de Posturas do Município de João Pessoa*. João Pessoa, 1995.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Livro 1, v. 1. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MITCHELL, J. Clyde. The concept and use of social networks. *In*: MITCHELL, J. Clyde (org.). *Social networks in urban situations*. Manchester: Manchester University Press, 1969.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SILVA, Mylena Serafim da. *Comércio ambulante*: negociações e resistências cotidianas no centro de João Pessoa. 2021. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 90-113.